

JORNAL 13 NOVEMBRO

MARÇO ▫ ABRIL ▫ MAIO 2017

WWW.SINDARSPEN.ORG.BR



SINDICATO DOS AGENTES
PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ

AGENTES PENITENCIÁRIOS MERECEM APOSENTADORIA JUSTA E DIGNA



SE A EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS É DE 45 ANOS, COMO VAMOS NOS APOSENTAR AOS 65?

CONTRATAÇÕES

SEFA ACENDE UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL E PODE AUTORIZAR CONTRATAÇÕES DE NOVOS AGENTES



CALOTE

NO LUGAR DE
DATA-BASE, CALOTE

POLÍCIA PENAL

COMO ESTÁ A LUTA PELA
REGULAMENTAÇÃO DA
PROFISSÃO?

CAOS NO SISTEMA

TCE, CNJ E MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA RECEBEM RELATÓRIOS
DO SINDARSPEN

ALIMENTAÇÃO

ATÉ QUANDO O GOVERNO
VAI NOS SERVIR COMIDA
ESTRAGADA?

DIGITAL

SINDARSPEN LANÇA
APLICATIVO

SINDARSPEN LANÇA APLICATIVO PARA TABLETS E SMARTPHONES



O SINDARSPEN acaba de lançar um aplicativo para ajudar os agentes na programação de suas escalas. O Sindicato já disponibiliza um calendário de bolso com a programação das escaladas para o ano todo. A ideia é facilitar ainda mais o acesso a essa informação para os filiados. A ferramenta já está disponível para ser baixada no Play Store (sistema Android) e, dentro de alguns dias, na App Store (sistema IOS). Depois de baixar, o agente se cadastra com nome completo e CPF e o uso será liberado pela administração do Sindicato. Vale ressaltar que o aplicativo é para uso exclusivo dos agentes filiados ao SINDARSPEN. O próximo passo será a reformulação do site já no formato responsivo, que se adequa automaticamente no celular. Quando lançado, o novo site terá integração com o aplicativo.

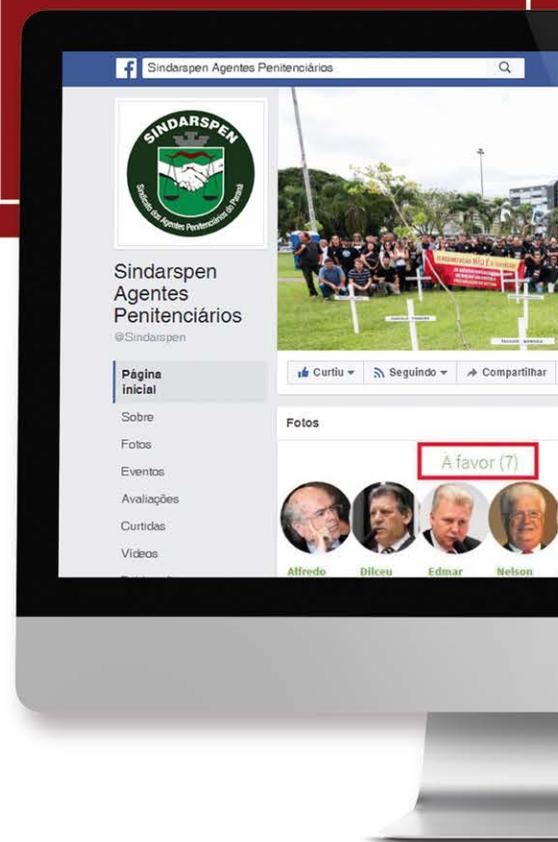


ACOMPANHE O SINDARSPEN NO FACEBOOK

FIQUE POR DENTRO DAS NOTÍCIAS,
MANIFESTAÇÕES E LUTAS
DO SINDICATO



/SINDARSPEN



EXPEDIENTE

13 DE NOVEMBRO É UM BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ (SINDARSPEN) | MARÇO A MAIO 2017

Jornalista responsável: Waleiska Fernandes (Mtb 34.862-SP)

Redação e edição: Waleiska Fernandes

Revisão: Petruska Sivirowski

Fotos: Anelize Tozetto, Fábio Borges, Joka Madruga e Waleiska Fernandes

Diagramação e arte final: Mobi Comunicação (www.mobionline.com.br)

SINDARSPEN: Avenida Marechal Deodoro, 666, sobreloja, sala 2

Curitiba-PR / CEP 80010-010 / Telefone 0800-6451311

DIRETORIA

Presidente: Petruska Sivirowski; Vice-presidente: José Roberto Neves; Diretora Executiva: Vanderleia Leite; Diretor Financeiro: Adilson de Moura; Diretor Financeiro Adjunto: Rodrigo Fontoura; Diretor Jurídico: Ricardo Miranda; Diretor Jurídico Adjunto: Wilson Domaneschi Junior; Diretor Social: Valdecir Santana; Diretor Social Adjunto: Marcos Cesar de Almeida; Diretor de Esportes: Rodrigo Remes; Diretor de Esportes Adjunto: Valmi Rozendo; Diretora para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas: Dejanira de Fátima; Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas Adjunto: Paulo Afonso Cordova; Diretora para Assuntos da Mulher: Cintia Regina Patrúni; Diretora para Assuntos da Mulher Adjunta: Tania de Fátima; Diretor de Formação Sindical: Clayton Auwerter; Diretor de Formação Sindical Adjunto: Lucas Savaaris; Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho: Marco Menegildo; Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho Adjunto: Leandro Coutinho; Diretor de Cultura e Eventos: Jonas Beskow; Diretor de Cultura e Eventos Adjunto: Luís Fabiano Ramos; Conselho Fiscal: Luiz Carlos De Lima, Douglas Galdini e Marcelo Augusto Martins (titulares); e Ulisses Lucas Filho, Edson Jankovski e Edevaldo Ramos (suplentes)

SINDARSPEN DEFENDE NO CONGRESSO REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E APOSENTADORIA ESPECIAL

O SINDARSPEN participou, em 4/4, da Comissão Especial que debateu o sistema penitenciário brasileiro no Plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília. A entidade fez a defesa da pauta dos trabalhadores no evento. A regulamentação da profissão, a garantia da aposentadoria especial e a implantação de programas de atenção à saúde ocupacional dos agentes penitenciários foram o foco.

A constitucionalização da atividade dos agentes penitenciários, ou seja, a regulamentação da profissão, vem sendo debatida no Congresso Nacional por meio das Propostas de Emenda Constitucional 14 e 308. No entanto, precisam de celeridade.

Paralelamente a elas, em 2013, um grupo de trabalho intersetorial foi instituído no âmbito do Ministério da Justiça para construir uma proposta de regulamentação da profissão. O grupo contou com a ampla colaboração de agentes penitenciários de vários estados, juntamente com o Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária (CNPCCP), Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), Pastoral Carcerária, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Escola Nacional de Serviços Penais.

Esse GT foi responsável pelo estudo e apresentação de uma proposta de minuta de projeto de lei de regulamentação nacional das atividades de execução penal. O trabalho foi concluído e a proposta foi entregue ao Ministério da Justiça para



COMISSÃO ESPECIAL. Vice-presidente do SINDARSPEN defende pauta dos agentes em Comissão Especial sobre o sistema penitenciário no Congresso Nacional

que fosse transformado em projeto de lei do Executivo e enviado ao Congresso Nacional. Junto com essa proposta também foi construído um texto de regulamentação constitucional da instituição penitenciária.

Diante do debate que se reestabelece em Brasília, o SINDARSPEN e os demais sindicatos que integram a FEBRASAP estão fazendo articulações junto ao Ministério da Justiça para recuperar as propostas encaminhadas pelo GT e colocá-las em debate no Congresso Nacional. "Estamos já em processo de negociação da agenda com o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, para defender a proposta construída pelos trabalhadores que formaram aquele GT", explicou José Roberto Neves.

Regulamentação da profissão [🗨️]

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS, OU SEJA, A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO, VEM SENDO DEBATIDA NO CONGRESSO NACIONAL POR MEIO DAS PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL 14 E 308. NO ENTANTO, PRECISAM DE CELERIDADE



Vídeo do Congresso [▶]

VEJA O VÍDEO DA PARTICIPAÇÃO DO SINDARSPEN NO CONGRESSO NO SITE DO SINDICATO
WWW.SINDARSPEN.ORG.BR

GOVERNO DO PARANÁ CONCRETIZA CALOTE AO NÃO PAGAR DATA-BASE EM MAIO



COBRANÇA. Agentes em protesto de servidores na abertura do ano legislativo de 2017, dia 01/02



PROTESTO. Protesto de agentes pelo pagamento da data-base

Em maio vence a data-base dos servidores públicos estaduais e, neste ano, nem a reposição das perdas teremos. Isso porque, no final do ano passado, o governador Beto Richa conseguiu que a Assembleia Legislativa aprovasse na Lei Orçamentária que o governo não teria prazo para pagar a data-base para os trabalhadores. Foi aprovado que o pagamento só vai acontecer após o pagamento das promoções e progressões em atraso e se “sobrar” recursos. Ou seja, Richa conseguiu que o calote aos servidores estivesse em lei.

Além de não pagar a data-base deste ano, o governo ainda descumpe o que foi acordado com os servidores em abril de 2015. Pelo acordo, as perdas inflacionárias de 2016 seriam pagas em janeiro

de 2017, quando os servidores também deveriam ganhar um adicional de 1%. O acordo previa ainda que em 2017 a data-base voltasse para maio, quando deveria ser paga a reposição retroativa desde o início do ano.

A desculpa dada pelo governo Richa para o calote é de que haveria queda na receita do estado no ano passado. Dado contestado pelo Fórum de Entidades Sindicais (FES), que apresentou estudo apontando que as previsões eram de que ao final de 2016 haveria um aumento de receita variando entre 6,5% e 7%.

As previsões do FES se concretizaram. A SEFA anunciou uma arrecadação de R\$ 46,3 bilhões em 2016, um aumento de 7,2%. São R\$ 3,1 bilhões a mais do que em 2015.

Mesmo com orçamento maior, o governo não sinaliza que vai honrar com a reposição da inflação em 2017. Ainda em 2016, o secretário de Fazenda, Mauro Ricardo, afirmou nas mesas de negociação que caso sobrasse orçamento, “a primeira dívida a ser paga era o reajuste”. Porém, até agora não há qualquer sinal de que o compromisso será honrado.

Ao longo de 2016, principalmente, durante a votação da Lei Orçamentária, o SINDARSPEN contribuiu com a construção de várias manifestações contrárias ao calote de Beto Richa nos servidores. Agentes de várias regiões do estado participaram de protestos que ocorreram na capital.

A situação de perda de direitos que os trabalhadores brasileiros vivem na atualidade tem dificultado as mobilizações pela data-base. Os sindicatos dos servidores estaduais, assim como a totalidade dos sin-

dicatos do Brasil, estão centrando esforços para evitar a aprovação da PEC 287, que desmonta a Previdência Social. No Paraná, ainda temos a urgente luta pelo aumento de efetivo, já que a sobrecarga de trabalho está em níveis alarmantes nas unidades penitenciárias do estado, ameaçando a vida dos agentes penitenciários.

ATENÇÃO

POR ISSO, O SINDARSPEN PEDE QUE OS AGENTES FIQUEM ATENTOS ÀS NOVAS MOBILIZAÇÕES QUE SERÃO CONVOCADAS. QUANTO MAIS GENTE PARTICIPAR E PRESSIONAR, MAIS CHANCE DE VITÓRIA



VOTAÇÃO. Agentes acompanham votação da Lei Orçamentária na Assembleia, em 22/11/16

PARA AMPLIAR ATENDIMENTO AOS FILIADOS, SINDARSPEN INICIA ADEQUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Diante do aumento de demanda e atendendo aos pedidos da base, o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná está ampliando os serviços jurídicos ofertados aos filiados. Agora, além das questões administrativas, a diretoria Jurídica também passará a ofertar atendimento para questões Previdenciárias e Criminais (relativas à função) em todo o estado.

Para isso, a entidade está em processo de renovação dos contratos (que já estavam vencidos) com os advogados que já atendem a categoria, ampliando o espectro de assistência feita por eles, e contratou mais um, que fará atendimento no escritório de Curitiba. A reformulação nos contratos está sendo baseada em pesquisa de preço de mercado, demandas e interesses jurídicos da categoria, respeitando o consenso entre o sindicato e os prestadores de serviço. A questão vem sendo objetivo de debate pela diretoria do Sindicato nos últimos meses, com a colaboração de delegados sindicais das unidades penais do estado.

As demandas administrativas e judiciais que forem solicitadas sem o agendamento de consulta com o advogado, devem ser encaminhadas ao SINDARSPEN por meio do 0800-1311 ou pelo e-mail sindarspen@gmail.com. Elas serão imediatamente direcionadas a um dos advogados de acordo com a demanda.

ISENÇÃO DE HONORÁRIOS

Outra mudança é que o SINDARSPEN vai oferecer aos filiados serviços jurídicos para ações de execução de sentença, isentando os agentes do pagamento de honorários advocatícios. Atualmente, a categoria paga 15% no valor das causas de execução para os advogados que fazem ação por meio do Sindicato. Todas as outras ações que já eram feitas com isenção do pagamento de honorários seguirão da mesma forma.

A nova regra para a isenção de honorários é válida para as novas ações de execução e não será alterada para aquelas que já se encontram em processo de negociação para pagamento, como a ação 515/2007, que trata do retroativo das promoções e progressões de 2004; a 2493/2011, referente à diferença do AAP não pago entre 2007 e 2009 (14,89%); e a 1111/2011, que cobra os valores retroativos do quinquênio não calculados sobre a AAP.

A isenção já havia sido definida pela Diretoria do Sindicato no caso das cobranças referentes às novas promoções e progressões em atrasos, como foi anunciado em agosto de 2016.

A oferta pelo SINDARSPEN de um advogado que não cobrará honorários para a

AGORA, ALÉM DAS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS, A DIRETORIA JURÍDICA TAMBÉM PASSARÁ A OFERTAR ATENDIMENTO PARA QUESTÕES PREVIDENCIÁRIAS E CRIMINAIS (RELATIVAS À FUNÇÃO) EM TODO O ESTADO

QUANDO É VÁLIDO?

A NOVA REGRA PARA A ISENÇÃO DE HONORÁRIOS É VÁLIDA PARA AS NOVAS AÇÕES DE EXECUÇÃO E NÃO SERÁ ALTERADA PARA AQUELAS QUE JÁ SE ENCONTRAM EM PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO PARA PAGAMENTO



execução de sentença não impede que o filiado, caso queira, busque outro profissional de sua confiança e faça o pagamento tal qual se pratica no mercado. O agente fica livre para escolher.

SINDARSPEN REPUDIA MANOBRA QUE RETIRA AGENTES DAS REGRAS DE EXCEÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Brasil, 2032



RELATOR DA

PEC 287 ALTERA

RELATÓRIO

DUAS VEZES,

DESRESPEITANDO

LUTA DOS AGENTES

Por duas vezes, o relator da PEC 287 na Comissão Especial de reforma da Previdência, Artur Maia (PPS-BA), retirou os agentes penitenciários das regras de exceção para aposentadoria diferenciada, revoltando a categoria, que chegou a ocupar a sala onde se reunia a Comissão Especial para a votação.

Dia 3/5, após a anunciar pela manhã a inclusão da categoria no mesmo artigo em que citou os policiais legislativos, Artur Maia retirou dos agentes a possibilidade de aposentadoria especial com a mais esfarrapada das desculpas: não recuará diante da pressão da categoria. Na véspera, um grupo de servidores penitenciários ocupou por algumas horas o

prédio do Ministério da Justiça para chamar atenção para a situação.

Agentes penitenciários de todo o Brasil chegaram dia 2/5 em Brasília para pressionar pela inclusão nas regras de exceção. Quase 60 agentes do Paraná partiram rumo à capital federal em ônibus alugado pelo SINDARSPEN. O protesto foi mobilizado por sindicatos de agentes após a primeira exclusão da categoria, anunciada por Artur Maia em 19/04.

Por duas semanas, dirigentes da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários (FEBRASP), do SINDARSPEN e de outros sindicatos intensificaram a maratona no Congresso. Essas articulações já vinham sendo feitas antes mesmo do primeiro anúncio do relatório (feito em 19/04). Usando como base o estudo do

SINDARSPEN, que comprova o alto índice de adoecimento da categoria em decorrência da profissão, os dirigentes sindicais procuravam convencer os parlamentares da necessidade de aposentadoria especial para os servidores penitenciários. Muitos deputados manifestaram apoio público aos agentes, mas declinaram da posição diante as pressões do governo.

Se a ideia do governo Temer é desestimular o movimento sindical dos trabalhadores penitenciários, erraram. Não vamos desistir. Que o desrespeito do governo e seus deputados venha fortalecer ainda mais nosso sentimento de união na busca por uma aposentadoria digna e justa. Ainda haverá muita luta!

OCUPAÇÃO DA CÂMARA

Num ato de revolta, após as promessas não cumpridas pelos deputados, os agentes penitenciários ocuparam a sessão da Comissão Especial que votava o relatório da PEC 287, na noite de 03/05. A ação aconteceu após a retirada do destaque que contemplaria os agentes. O grupo, que havia sido barrado de acompanhar a votação no interior da Câmara, invadiu o prédio diante da tensão pela iminente injustiça. Os agentes queriam chamar atenção da sociedade e da imprensa para a gravidade das manobras que estavam sendo feitas no Congresso.

ENTENDA

SE A PEC 287 PASSAR COMO FOI PROPOSTA PELO GOVERNO TEMER, SERÁ RETIRADA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL **A GARANTIA DE QUE PODEMOS NOS APOSENTAR DE FORMA DIFERENCIADA** POR CAUSA DA ATIVIDADE DE RISCO QUE EXERCEMOS. NO PARANÁ, OS AGENTES PENITENCIÁRIOS AINDA LUTAM PARA QUE O GOVERNO DO ESTADO IMPLEMENTE A APOSENTADORIA ESPECIAL. SE APROVADA A PEC 287, **ACABAM AS CHANCES** DESSA IMPLANTAÇÃO



SINDARSPEN participa de protesto na Esplanada dos Ministérios contra a PEC 287, dia 18.01



Ato em Curitiba pelo Dia Nacional de Mobilização dos Servidores da Segurança Pública contra a Reforma da Previdência, dia 08.02



Ato em Brasília pelo Dia Nacional de Mobilização dos Servidores da Segurança Pública contra a Reforma da Previdência, dia 08.02



RELATOR. Reunião da FEBRASP e Sindicatos da categoria com o relator da PEC 287, em Brasília, dia 07.03



Ato no Centro Cívico de Curitiba contra os ataques aos trabalhadores, em 15.03



Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado debate PEC 287 na ALEP, em 31.03



Agentes do Paraná participam em Brasília do Dia Nacional pela Valorização dos Trabalhadores da Segurança Pública, dia 18.04



Agentes participam de protestos em todo o Paraná no dia da greve geral, em 28.04



Brasília, 03.05



Caravana de agentes do Paraná vai à capital federal pressionar deputados pela aposentadoria especial, dia 03.05

ATÉ QUANDO TEREMOS QUE ENGOLIR COMIDA ESTRAGADA?

A péssima qualidade da alimentação servida aos agentes penitenciários nas unidades do Paraná foi alvo de denúncia do SINDARSPEN a órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, além de entidades de defesa dos direitos humanos.

Anexando fotos de marmitas servidas aos agentes da Casa de Custódia de Piraquara contendo larvas e moscas, o Sindicato cobrou providência do DEPEN, SESP, Ministério Público, Defensoria Pública, GMF/TJPR, SESA, Vigilância Sanitária, Conselho de Direitos Humanos do Paraná, Conselho Penitenciário do PR e Conselho da Comunidade.



NÃO É DE HOJE QUE OS AGENTES RECLAMAM DA QUALIDADE DA COMIDA SERVIDA NAS UNIDADES PENAIS. EM TODO O ESTADO É POSSÍVEL ENCONTRAR RELATOS DOS SERVIDORES DE COMIDA ESTRAGADA OU COM BICHOS



BICHO. Marmiteira dos agentes do Complexo Penitenciário de Piraquara, dia 22/03

Denuncie



O SINDARSPEN PEDE QUE OS AGENTES QUE ENCONTRAREM MARMITAS NESSAS CONDIÇÕES, FAÇAM FOTOS E VÍDEOS E ENCAMINHEM PARA A DIRETORIA DA ENTIDADE PARA JUNTAR ÀS DENÚNCIAS JÁ EXISTENTES

**NÃO
ACREDITE EM
BOATOS**

CANAIS



O SITE WWW.SINDARSPEN.ORG.BR



O FACEBOOK [/SINDARSPEN](https://www.facebook.com/SINDARSPEN)



O JORNAL 13 DE NOVEMBRO



TELEFONE 0800 645 1311

A propagação de mentiras e boatos só enfraquece a categoria e atrapalha nas lutas que o SINDARSPEN precisa fazer para garantir os direitos dos agentes penitenciários.

O SINDARSPEN possui quatro canais oficiais de comunicação: o site, a página no Facebook, o jornal 13 de Novembro e o serviço 0800. As informações oficiais também são compartilhadas por e-mail e no grupo do SINDARSPEN no Facebook.

Sempre que surgirem boatos ou histórias mal contadas sobre as lutas da categoria ou o funcionamento do sindicato, cheque os canais oficiais da entidade. Você também pode tirar suas dúvidas comparecendo a um dos escritórios ou ainda diretamente com o delegado sindical da sua unidade.

PRECISAMOS ESTAR UNIDOS PELOS NOSSOS DIREITOS E NÃO, DIVIDIDOS ENTRE NÓS!

CONTRATAÇÃO DE NOVOS AGENTES E INVESTIMENTO EM SEGURANÇA: SEFA ACENDE UMA LUZ APÓS REUNIÃO

A contratação de novos agentes penitenciários foi o tema principal da reunião realizada em 12/04 entre a diretoria do SINDARSPEN e o coordenador do Orçamento da Secretaria da Fazenda, João Giona. O Sindicato recorreu diretamente à SEFA após a sequência de negativas dadas pela SESP e SEAP, alegando que os pleitos da categoria haviam sido negados pela Fazenda. A contratação de mais efetivo é uma das pautas prioritárias do sindicato.

Na reunião, o SINDARSPEN apresentou dados e cálculos que mostram que o governo do Paraná vai desperdiçar recursos públicos se permitir que vença o concurso público para agentes vigente até 5 julho deste ano. Atualmente, há 1.200 aprovados aguardando convocação e o DEPEN já solicitou para a SEAP e a SEFA a permissão para contratar 576 servidores para ocuparem as vagas na classe III, abertas com as promoções realizadas em janeiro.

O Sindicato também relatou as consequências econômicas para o Estado da falta de agentes penitenciários, como as reformas em unidades penais pós-rebelião. Como exemplo, o gasto de R\$ 1,8 milhão para a reforma da Penitenciária Estadual de Cascavel, que teve mais da metade de sua estrutura destruída em uma rebelião em 2015.

Outro fator apresentado foram os cálculos das contratações via PSS em detrimento de servidores efetivos, que acabam custando mais ao Estado pelos encargos trabalhistas que incidem sobre essas contratações.

“A política adotada por nós é dizer não para esses pleitos. Temos feito isso com várias categorias e pedidos de Secretarias. Mas com dados que comprovem eficiência na aplicação dos recursos, isso é de interesse do Governo”, respondeu João Giona. O coordenador pediu, agora, um detalhamento de todos os cálculos para que possa autorizar as contratações. “Somos um órgão técnico. Não adianta uma Secretaria me mandar ofício, fazendo pedidos, sem apresentar tecnicamente a viabilidade do que pedem. Façam o estudo e me apresentem”, concluiu.

Outro assunto abordado foi o desvio de função, que também causa desperdício do dinheiro público. A sugestão de contratação de PSS para as funções administrativas e a consequente liberação de agentes para o trabalho de custódia dos presos foi apresentada pelo Sindicato.

O SINDARSPEN contratou um economista especialista em contas públicas para aprofundar os dados e entregar para a SEFA um estudo de viabilidade financeira das contratações.



PROTESTO. Agentes e aprovados no concurso marcham no Centro de Curitiba em protesto



REUNIÃO. Dirigentes do SINDARSPEN apresentam dados na SEFA

EFICIÊNCIA NA GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SEGURANÇA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A péssima qualidade da alimentação servida no sistema mesmo com um alto custo ao erário e a falta de tecnologia para auxiliar na segurança das unidades também foram abordadas durante a reunião com o coordenador de Orçamento da Fazenda estadual. A falta de investimento na tecnologia das penitenciárias prejudica a segurança do sistema, gerando consequências financeiras ao Estado. A automatização das unidades foi uma das alternativas apresentadas para aumentar a segurança e despertou grande interesse por parte do representante da SEFA.

Segundo Giona, o Estado está com dificuldades com relação à folha de pa-

gamento, mas tem dinheiro para investimentos, precisando encontrar formas eficientes de aplicar os recursos. O coordenador pediu que o SINDARSPEN também apresentasse sugestões de solução para corrigir essas distorções no sistema.

A reunião com a Secretaria da Fazenda foi antecedida de um protesto que os agentes penitenciários realizaram no Centro de Curitiba. A categoria se concentrou na Boca Malhada, distribuindo panfletos para chamar a atenção da população para questão e, em seguida, seguiu em marcha até o prédio da SEFA, onde ficaram concentrados até a reunião.

CORRIDA CONTRA O TEMPO

O SINDARSPEN também já juntou ao processo de contratação dos 576 agentes um parecer jurídico que possibilitaria a realização do curso de formação após a nomeação dos convocados. O parecer vai para análise da PGE. O pedido do Sindicato é uma precaução para evitar que mesmo com a autorização pela SEFA, a contratação deixe de acontecer por falta de tempo hábil para a conclusão final do certame.

SINDARSPEN É RECEBIDO NO CNJ PARA TRATAR SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO NO PARANÁ

A coordenadora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), Maria de Fátima Alves da Silva, recebeu em fevereiro a diretoria do SINDARSPEN para ouvir um relato da situação do sistema no Paraná.

A falta de investimentos na infraestrutura das unidades, na contratação de mais agentes e na capacitação continuada dos servidores do sistema foram alguns dos problemas apontados pela direção do Sindicato. A entidade também manifestou preocupação com os retrocessos que o sistema penitenciário tem sofrido no Paraná, como a superlotação, a ausência de defensores públicos nas unidades e a diminuição de atividades laborais aos detentos, tornando as penitenciárias em verdadeiros barris de pólvora. Toda essa situação deixa os agentes ainda mais vulneráveis no trabalho.



AJUDA. Dirigentes do SINDARSPEN são recebidos pela coordenadora do DMF-CNJ e pelo conselheiro da OAB nacional

Compete ao DMF o desenvolvimento de ações relacionadas ao sistema carcerário, à execução penal e às medidas so-

cioeducativas no âmbito do CNJ. Ao assumir a presidência do Conselho e do Supremo Tribunal Federal, em

setembro do ano passado, a ministra Carmem Lúcia definiu o sistema penitenciário como uma das prioridades de sua gestão. Segundo a coordenadora do DMF, o conteúdo da reunião entre o CNJ e o SINDARSPEN foi levado ao conhecimento da ministra.

“Geralmente, quando se discute o sistema penitenciário dificilmente entra na pauta o olhar dos trabalhadores. Estamos aqui para nos posicionarmos e mostrarmos o ponto de vista de quem vive o dia a dia das unidades penais. É preciso considerar a opinião dos agentes penitenciários”, defendeu a presidente do SINDARSPEN.

A reunião no CNJ também foi acompanhada pelo membro do Conselho Federal da OAB pelo Paraná, Cássio Lisandro Telles. Pelo SINDARSPEN também participaram do encontro o diretor administrativo, Ricardo Miranda, e o advogado Mário Barbosa.

MINISTRO DA JUSTIÇA RECEBE PUBLICAÇÃO DO SINDARSPEN SOBRE SAÚDE DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

A publicação “Operários do Cárcere”, que apresenta um diagnóstico sobre a saúde e as condições de trabalho dos agentes penitenciários do Paraná, foi entregue pela presidente do SINDARSPEN, Petruska Sviercoski, ao ministro da Justiça, Osmar Serraglio, durante evento do TJPR em Cascavel.

A publicação é fruto de estudo realizado pelo SINDARSPEN para subsidiar a luta pela criação de um programa de atendimento à saúde ocupacional dos agentes

penitenciários. O material também serve como diagnóstico para justificar a necessidade de implantação da aposentadoria especial para a categoria. O estudo foi lançado em novembro do ano passado e está sendo entregue para várias autoridades dos poderes legislativo, judiciário e executivo, além de entidades de defesa dos direitos humanos.

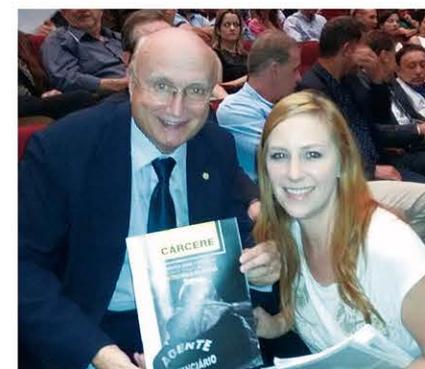
“Estamos recorrendo a todas as esferas possíveis e esperamos encontrar no ministro Osmar Serraglio, que é do

Paraná, acolhimento e apoio às nossas reivindicações”, declarou a dirigente sindical.



A PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA PODE SER RETIRADA EM UM DOS ESCRITÓRIOS DO SINDARSPEN OU BAIXADA NO SITE DO SINDICATO

WWW.SINDARSPEN.ORG.BR



PUBLICAÇÃO. Ministro Osmar Serraglio recebe publicação em evento em Cascavel

FALHAS DE GESTÃO AGRAVAM PROBLEMAS DO SISTEMA CARCERÁRIO DO PARANÁ, DIZ TCE

A situação de crise no sistema carcerário do Paraná é agravada por falhas de gestão. Essa é uma das conclusões de estudo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), apresentado em abril.

Uma das falhas de gestão apuradas pelo TCE-PR é a inexistência de uma sistemática de aferição do custo mensal dos presos. Segundo o DEPEN, cada um dos 19.237 apenados nos 33 presídios custa R\$ 2.889,91 mensais (dados de novembro de 2016). No entanto, os oito servidores do TCE-PR dedicados ao levantamento não encontraram informações nas bases de dados do estado. Para calcular o custo dos presos em penitenciárias a equipe teve que compilar dados de bases distintas, como das Secretarias de Saúde e Educação, para levantar valores destinados, por exemplo, a atendimento médico e a programas de educação nos presídios. Só depois de cruzar dados os auditores chegaram ao valor exato destinado aos 33 presídios em 2016: aproximadamente R\$ 683,3 milhões.

FALHAS

UMA DAS FALHAS DE GESTÃO APURADAS PELO TCE-PR É A INEXISTÊNCIA DE UMA SISTEMÁTICA DE AFERIÇÃO DO CUSTO MENSAL DOS PRESOS



DADOS. SINDARSPEN apresenta dados sobre o sistema para equipe técnica do TCE

Na avaliação do coordenador-geral de Fiscalização do TCE-PR, Mauro Munhoz, a falta de um centro de custo adequado, reunindo todas as demonstrações contábeis do sistema, dificulta a correção de falhas e a implantação de melhorias. O estudo também

apontou inconsistências e informações desatualizadas no Mapa Carcerário do Estado do Paraná, alimentado pelo DEPEN e que congrega informações sobre ocupação de vagas e perfil dos detentos, tanto nos presídios como em cadeias e delegacias.



CRÍTICA. Presidente do TCE, Durval Amaral, critica falta de planejamento de gestão no sistema penitenciário

PLANO ESTRATÉGICO

Entre as medidas urgentes apontadas pelo TCE, estão a elaboração de um plano estratégico para o sistema carcerário do Paraná, com a construção de penitenciárias, modernização das cadeias públicas e compra de equipamentos.



O SINDARSPEN FOI UM DOS ENTES OUIDOS PELA EQUIPE TÉCNICA DO TCE PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

O Sindicato entregou aos técnicos do Tribunal de Contas um estudo que aponta as distorções de prioridade financeira do DEPEN e SESP e a inviabilidade de privatização do sistema no estado.

NÃO QUEREMOS APENAS UM MODELO; QUEREMOS MUDANÇA DE REALIDADE

A SESP e o DEPEN exibiram orgulhosos para a Organização dos Estados Americanos (OEA) uma unidade prisional considerada modelo em tratamento penal no país. A Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progresão (PCE-UP) integra o Complexo Penitenciário de Piraquara e está preparada para oferecer a 100% dos presos atividades educacionais e de trabalho. Atualmente está com 175 detentos e todos foram selecionados de acordo com o comportamento carcerário, segundo o DEPEN.

Mas será que foi dito às autoridades internacionais a que custo o governo do Paraná conseguiu implantar tal unidade modelo?

Naquele prédio, funcionava precariamente a Penitenciária Central do Estado Feminina (PCEF), que foi desativada em novembro passado. Na ocasião, parte das presas foi liberada após um mutirão carcerário e 150 que não tinham direito à progressão foram transferidas para a Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP), onde já estavam 280 presas. O problema é que essa transferência aconteceu sem que o DEPEN fizesse qualquer adequação na PFP para receber mais essas detentas.

As consequências desse imprevisto para ter uma unidade modelo foram vistas em 9/03, quando uma agente de cadeia ficou por 22 horas em poder de presas rebeladas, tendo a sua vida ameaçada.

Outras seis presas foram feridas durante a ação. A rebelião tinha como motivo a exigência do cumprimento do tratamento penal. Um direito garantido em lei, que não vem sendo cumprido na PFP por causa da falta de agentes para movimentar as presas e da falta de assistências médica, social e jurídica, colocando em risco a vida de quem trabalha na unidade.

MODELO MASCULINO LEVA

A SACRIFÍCIO FEMININO

Com a desativação da PCEF nem mesmo o efetivo foi reforçado na PFP. Inicialmente, junto com as presas foram transferidas 30 agentes que estavam na unidade feminina que foi fechada. Porém,



REBELIÃO. Tumulto em frente à PFP durante rebelião, dia 10/03



todas já foram realocadas para outras unidades. O DEPEN também retirou os 20 agentes masculinos que trabalhavam na PFP, auxiliando na portaria e em outros postos externos. "Com a saída desses colegas, a coisa ficou ainda pior nas galerias porque as agentes que ficavam no fundo da cadeia estão tendo de cobrir esses postos", relata uma servidora que prefere não se identificar.

Neste ano, o Centro de Regime Semiaberto Feminino (CRAF), que ficava no Atuba, em Curitiba, também foi fechado pelo DEPEN. Todas as presas da unidade

progrediram para o regime aberto, com o uso de tornozeleiras eletrônicas. Nenhuma das agentes que estavam no CRAF foi remanejada para a PFP. E caso alguma dessas liberadas com tornozeleira volte a cometer delito ou descumpra as determinações do regime aberto, voltará para o regime fechado e só há agora uma unidade para recebê-las, a PFP. "Não é querer ser pessimista, mas a gente sabe que muitas dessas mulheres voltam a cair até pela condição de vida que têm. E aí, o DEPEN não estrutura a única unidade que pode recebê-las de volta", reclama uma agente.

A SOLUÇÃO NÃO ESTÁ APENAS EM UM MODELO

Enquanto o DEPEN e a SESP comemoram uma unidade padrão masculina para atender 175 presos e ganham visibilidade na imprensa, todas as outras 32 unidades sob a responsabilidade do DEPEN (onde estão cerca de 19 mil presos) clamam por mais agentes, mais segurança e pelo adequado cumprimento da Lei de Execução Penal.

O governo do estado disse que a ideia é ampliar o projeto da PCE-UP para outras regiões. Os agentes penitenciários do Paraná esperam ansiosos que esse plano dê certo e que esse projeto deixe de ser apenas um modelo e passe a ser uma realidade em todo o estado.